

FHC parte para novo round das reformas

Depois de um balanço inicial, de aproximadamente 40 minutos, sobre os resultados do Plano Real, o presidente Fernando Henrique respondeu às perguntas de 15 jornalistas. A seguir, a entrevista coletiva, em versão condensada:

Ana Paula Padrão (TV Globo) — Gostaria de saber se, com a crise do Econômico e a ameaça de parte do PFL baiano de impor uma oposição, o senhor considera a possibilidade desta oposição.

FHC — Em primeiro lugar, não vi da parte de nenhum elemento do PFL qualquer alusão a não aprovar reformas ou ir para a oposição. Tenho estado em contato com a direção do PFL e a atitude é outra. O PFL não tem manifestado a mim senão a confiança na continuidade das reformas. As reformas não são para partidos, são para o País.

Regina Mamede (TV Record) — O governo não teria evitado todo o desgaste político que sofreu com a intervenção do Banco Econômico, se o Banco Central trabalhasse fora do alcance de pessoas políticas?

FHC — Eu acho que não é só uma questão de Banco Central independente. É uma questão de todo o sistema financeiro pensar de uma maneira mais condizente com o momento atual. Nós vamos mandar algumas propostas, sobretudo neste sentido dos seguros, e estamos abertos para ver que tipo de independência vai se propor, porque há muitas experiências, formas diversas.

Luciane Aquino (Agência RBS) — Um dos pontos mais polêmicos sobre a sua reforma tributária é o Fundo de Compensação dos Estados Exportadores. O senhor poderia nos detalhar melhor isso?

FHC — A forma de compensação é a seguinte: 10% do IPI, e estamos acreditando que isso deverá gerar 1,3 ou 1,4 bilhões de reais. Por outro lado, estamos considerando que vamos também passar o Imposto Territorial Rural para os estados, e acreditamos que o aperfeiçoamento do recolhimento do ICMS através dessa conjugação de esforços entre a União e os estados também aumentará a receita destes estados. Agora é uma questão de cálculo e de verificar como se faz esta compensação. Mas o princípio está mantido e os governadores estão informados disso.

Eumano Silva (Revista IstoÉ) — Desde que o senhor tomou posse, várias medidas foram tomadas para reduzir o crescimento econômico. O que ainda falta para que o Brasil retome as taxas do início do ano?

FHC — Nós queremos um crescimento sustentado. Nossa política não é de fazer de conta que já podemos crescer a 10 ou 12%, quando ainda não podemos. Nossa política é dizer ao País com clareza: se nós conseguirmos crescer durante um período dado a 5 ou 6%, e nós mantivermos a estabilidade, ou seja, a inflação sob controle, se nós estivermos refazendo os mecanismos de investimento, aí sim o Brasil passa a ser um País que deu um salto. O salto não se dá com pirotecnia. O governo evitou que houvesse o que outros governos não fizeram: que por amor a que fosse possível dar a impressão de que dá para crescer, pisou no acelerador. Eu não vou dar exemplos históricos, nem me refiro à História da década de

Carlos Eduardo



FHC: cafezinho e descontração no Anexo 1 do Palácio do Planalto, onde o presidente respondeu a 15 perguntas em sua terceira entrevista coletiva

80 só, não. Nós não fizemos isso porque somos responsáveis.

Ora, em um país que tem líderes políticos comprometidos com as reformas e tem uma população que, apesar de tudo, entende, sustenta, pode haver uma variação nos índices de aprovação do governo, mas na média é uma aprovação consistente. Por quê? Porque nós estamos fazendo as coisas de boa fé, com sinceridade.

Laura Fonseca (Estado de Minas) — Há dois meses o senhor disse a um jornalista estrangeiro: "Nunca pensei que fosse tão fácil governar o Brasil". Hoje o senhor

“O PFL não tem manifestado a mim senão a confiança nas reformas”

continua com a mesma opinião?

FHC — Continuo. Primeiro, porque essas crises, como eu dizia aqui, são de muita tempestade num copo d'água. Dallari não foi crise de coisa nenhuma. Foi um problema que ele mesmo resolveu.

Eu confio muito, não é na minha capacidade de articular politicamente, eu confio no País. Essa que é a diferença. Eu confio no Brasil, no povo, na sociedade. As pessoas entendem, sabem discernir e percebem o que é realidade, o que é boato, o que é verdade. Há um círculo menor de pessoas que se alimenta muito mais dessas perplexidades que nós todos produzimos, até mesmo com palavras às vezes que se diz que podiam ter sido poupadas de serem ditas e que são logo maximizadas.

Mas, na verdade, o grosso do Brasil não está nessa, está na outra que eu mostrei aqui, acreditando no País. Eu não acho difícil governar um país que quer melhorar, que voltou a ter auto-estima. Não fui eu quem trouxe auto-estima ao Brasil, ele é quem tem auto-estima. Um País que hoje, lá fora, sabe qual é o julgamento que fazem de nós. Um País que tem investimentos crescentes: não há semana que eu não receba grupos me in-

A GAFE

“Nunca entrei no Econômico, nunca vi um livro do banco. Por sorte, não tenho um tostão lá.”

formando sobre novos investimentos no Brasil. Um País que sacudiu a poeira. Você acha que é difícil governar? Difícil era ser ministro da Fazenda quando nós tínhamos aqui uma inflação de 30/40% ao mês e quando tínhamos um Congresso que, naquele momento, não tinha condições de fazer mais nada, porque já tinha passado por um processo traumático de um impeachment e de uma crise da Comissão de Orçamento, então não havia interlocutor polí-

tico. Eu sei o que foi isso. E vocês foram testemunhas de eu ir lá para o Congresso batalhar, sozinho muitas vezes, para conseguir que houvesse um voto numa coisa óbvia.

Cláudia Bomtempo (TV Manchete) — O governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, é um dos críticos mais enfáticos da reforma tributária. No entanto, o governador apóia a proposta de reeleição para presidente e a criação de um grande partido social-democrata, vindo da fusão do PSDB com dissidentes do PTB e PT. O senhor confirma a criação desse partido?

FHC — Em primeiro lugar, a questão de partidos eu não tenho a menor idéia. Eu acho que o meu governo é baseado em vários partidos e o presidente da República não está favorecendo a esse ou àquele, nem ao próprio partido.

Com relação à reforma tributária, só agora ela começa a ser conhecida. Só agora que ela irá para o Congresso, não só no aspecto direto de mudanças constitucionais, mas também nas modificações que alguns deputados estão propondo e também modificações nas leis de Imposto de Renda. E vão então verificar que é uma reforma que, de tímida, não tem nada; ela é sensata.

Repito: isto aqui é um governo de gente séria, de gente simples, de gente de boa fé. E acho que são, competentes os ministros; nós sabemos o que estamos fazendo. De modo que não tememos nenhuma alteração.

Mas o governo está sendo modificado em muita coisa e é preciso vir cada coisa a seu tempo. Se lembra quando vocês me atormentavam com os 100 dias de governo, em que eu dizia "isso é uma coisa equivocada, uma coisa que não tem sentido, para espetáculo, para pirotecnia. Nós não temos que ter 100 dias, nós temos quatro anos de governo". Eu dizia também, e continuo dizendo, que nós vamos reformar durante todo o tempo, vamos ir modificando. É um processo. E o Britto vai ser um dos maio-

res aliados nisso.

Nazi Brum (TV CNT) — O senhor anunciou que vai retomar as negociações sobre a reforma da Previdência. O que vai mudar e qual será a estratégia do governo para aprová-la?

FHC — O governo já pediu, através de seus líderes, que já entraram em entendimentos na Câmara, a criação de um fórum para que o próprio Congresso possa acrescentar elementos de informação e de ajuizamento. O ministro da Previdência, por sua vez, está em contínua conversa com os sindicatos, com as centrais sindicais — com aquelas que se dispõem a conversar, naturalmente, e espero que todas —, para ver quais são os problemas que afetam mais diretamente os trabalhadores e que soluções podem ser dadas, de modo que os direitos sejam preservados.

Ian Simpson (Agência Reuter) — Qual os desafios que o Plano Real enfrenta e quais as estratégias que o senhor tem para fazer vencer isso?

FHC — Vejam, por sorte para o Brasil, nós vivemos numa democracia e numa democracia as pressões afloram. Quando não é democrático também há pressões, só que o povo não sabe. Aqui todo mundo sabe das pressões. São tão poucas, principalmente nestas reformas todas, que são reformas de muita profundidade. As reações, na sua imensa maioria, foram reações de convergência, tentativas de mudar aqui ou ali, mas não houve um bloqueio. O Congresso não bloqueou, porque é que vai bloquear agora; não vai bloquear não. Há muito poucas. E há uma tal disposição do governo de enfrentar, porque isso é verdadeiro. Nós estamos enfrentando os problemas. Eu estou muito confiante e acho que estas reformas terão um acolhida no Congresso e repito que digo sempre, acolhida no Congresso não quer dizer que eu aperte um botão

“Dallari não foi crise. Foi um problema que ele resolveu”

Hábil, tranquilo e bem-disposto

Com 11 minutos de atraso, às 11h11, o presidente Fernando Henrique entrou no auditório do Anexo I do Planalto para sua entrevista coletiva.

Ao contrário da anterior, quando se irritou ao ser perguntado sobre o que faria se tivesse que viver com um salário mínimo, ele manteve a calma todo o tempo.

Antes de começar a falar, perguntou a seu porta-voz, embaixador Sérgio Amaral, se os microfones já estavam funcionando. "Sim, o senhor só precisa falar", respondeu o embaixador.

Bem-disposto, agradeceu a presença dos jornalistas e disse que gostava de ver o auditório lotado.

Com habilidade, driblou as perguntas mais incômodas e declarou apenas o que era mais conveniente. Não respondeu, por exemplo, porque o Banco Central demorou tanto para intervir no Econômico.

Previdência — O presidente, no entanto, não escapou de uma contradição: na exposição inicial, quando falou da necessidade das reformas na Previdência, queixou-se de que é "impossível" administrar o País com a atual receita da União. Na entrevista, porém, garantiu que é fácil ser presidente.

A sua direita, na mesa, ficou o ministro da Justiça, Nelson Jobim. A esquerda o da Fazenda, Pedro Malan. Por três vezes Malan *soprou* as

respostas no ouvido do presidente, sempre em questões que envolviam números ou dados técnicos.

Fernando Henrique apelou para o inglês duas vezes: na expressão *stop and go* (para definir os períodos alternados de estagnação e de crescimento econômico) e na palavra *top*.

Recordando os tempos de professor, usou transparências com indicadores econômicos para explicar os pontos da reforma tributária. Mas reclamou duas vezes que não estava conseguindo enxergar os números.

A exposição inicial terminou às 11h50 e a entrevista às 12h36. Já de pé, ao final da entrevista, mandou um recado: "Vamos manter o farol alto, nada de olhar para trás. Tchau".

Carlos Eduardo



Confiança no PFL

Sobre o apoio do PFL, o presidente afirmou que não conhece nenhum membro do partido que desaprove as reformas constitucionais ou pense em se transformar em oposição. "Tenho estado em contato com a direção do PFL e a atitude é outra", disse. Segundo ele, a ação é de compreensão e de intenção em ajudar o governo a cumprir um programa que foi apresentado ainda na campanha eleitoral. Fernando Henrique assegurou que o PFL tem manifestado repetidamente a confiança total na continuidade das reformas. As propostas são de necessidade nacional, disse ele. O presidente insistiu que não crê que esteja havendo uma divisão em sua base.

Carlos Eduardo



Elogios

Sobre as pressões e as críticas que seu governo vem recebendo, o presidente atribuiu ao momento que o Brasil vive. "Numa democracia, as pressões afloram", garantiu. Ele responsabilizou as reformas constitucionais — segundo ele de muita profundidade — pelas reações, na verdade tentativas de mudar alguns pontos, mas que não significam um bloqueio. Para o presidente, o Congresso não ofereceu resistência até agora às medidas e não irá fazê-lo agora. Ele se disse muito tranquilo quanto ao apoio dos parlamentares. "Não a mim, que já tive o apoio do povo, mas hoje o Congresso tem que dar seu respaldo aos que precisavam dessas reformas".

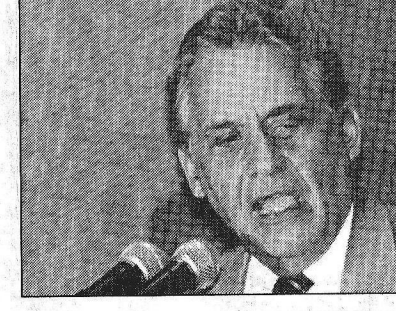
Carlos Eduardo



Insensibilidade

O presidente Fernando Henrique Cardoso cometeu uma grande gafe ontem, durante a entrevista coletiva. Ao tentar puxar a questão da intervenção do Banco Econômico para a responsabilidade de seus acionistas majoritários, o presidente se mostrou insensível a situação dos correntistas do banco. Exaltado, disse que se ficasse comprada a má administração do Econômico os responsáveis deveriam ser punidos, que não queria prejudicar ninguém e fez a seguinte afirmação: "Jamais entrei em uma agência do Banco Econômico, nunca vi um livro do Banco Econômico, por sorte não tenho um tostão lá". Neste momento, arrancou gargalhada dos presentes.

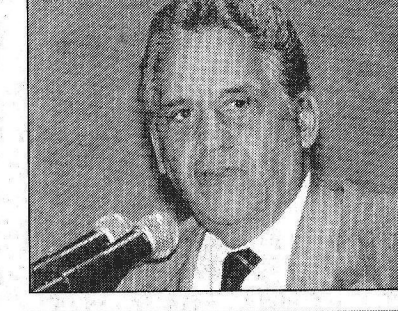
Eraldo Peres



Críticas

O presidente Fernando Henrique disse que confia em sua capacidade de articulação. A razão, segundo ele, é a confiança que recebe do povo, da sociedade. Quanto aos boatos e às informações divulgadas pela imprensa, Fernando Henrique disse que a população sabe discernir o que é realidade, o que é verdade. Ele denunciou que existe um círculo menor de pessoas que se alimenta de notícias transformadas em escândalos, fruto de palavras que poderiam ter sido poupadas de serem ditas e que são logo vistas com perplexidade. "O grosso do Brasil não está nessa, está na outra que eu mostrei aqui, acreditando no País", afirmou, durante a entrevista.

Eraldo Peres



Milagres

O presidente fez referências a experiências econômicas fracassadas, colocadas em prática no passado. Relembrando a tentativa de se acabar com a inflação "com um tiro só", afirmou que nunca acreditou em um grande plano salvador. "Eu disse isso a minha vida inteira", lembrou, afirmando que um dos maiores atestados de subdesenvolvimento é a idéia de que se resolve tudo com um "ovo de Colombo". Seguro, repetiu que seu governo é composto por pessoas sérias, de gente simples, de gente de boa fé. "Acho que são competentes os ministros, nós sabemos o que estamos fazendo".

Eraldo Peres



BC independente

A proposta de independência do Banco Central em relação aos parlamentares foi vista pelo presidente como de competência da Constituição. "Acho que o artigo 192 da Constituição, que lida com o sistema financeiro, tem que ser regulamentado". Fernando Henrique acredita que o caso Econômico é uma ótima oportunidade para se pensar em um sistema de seguros para os depósitos bancários. Segundo ele, isso serviria para que o BC pudesse operar de uma forma que não tenha toda hora de responder: "o que você está fazendo com o depositante". Não havendo este seguro, o BC receberá críticas da sociedade, que defende mais justiça para com os depositantes.